

## **Ações para a Melhoria da Qualidade da Alfabetização na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais**

Área Temática de Educação

### Resumo

Este projeto de extensão está sendo implementado desde agosto de 2003 e se organiza através de um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento dos problemas relacionados à alfabetização no 1o ciclo da educação fundamental, na rede de ensino do Estado de Minas Gerais. Para isso, desenvolve um programa de formação continuada baseado no estabelecimento de instrumentos unificados – em nível estadual – de organização do processo de alfabetização que tem as seguintes ações como eixo: (i) a elaboração de uma proposta oferecendo instrumentos norteadores de implementação e organização do ciclo de alfabetização bem como o enfrentamento de problemas para a definição de capacidades a serem atingidas em diferentes momentos do ciclo, (ii) na organização de um congresso estadual para apresentação da proposta de alfabetização elaborada com o objetivo de recolher subsídios para ampliação dos instrumentos de organização da prática de alfabetização; (iii) implementação de ações de formação continuada através da estruturação da rede mineira de alfabetização.

### Autoras

Ceris Salete Ribas da Silva, professora doutora e membro do CEALE

Maria Lucia Castanheira, professora doutora e membro do CEALE

### Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Palavras-chave: alfabetização; letramento

### Introdução e objetivo

A atual necessidade de projetos voltados para os problemas relacionados à aprendizagem da linguagem escrita apóia-se nos dados do relatório de 2001 do SAEB que apontam para o fato de que cerca de 40% dos alunos de 4a série não apresentam “habilidades de leitura compatíveis com o nível de letramento apropriado” para “continuar seus estudos no segundo segmento do Ensino Fundamental”(Relatório Nacional do SAEB, 2002. p-34-35). Dito de outra forma, podemos considerar que cerca de 18% dos alunos das escolas públicas do país estão no nível mais elementar de leitura (o que significa que têm dificuldades graves para ler e compreender o que lêem); e 22% estão abaixo desse nível (o que significa que não sabem ler). Portanto, estamos diante de uma realidade assustadora do ensino brasileiro: um número expressivo de estudantes não aprende a ler nas escolas públicas do país; essa escola produz um grande contingente de analfabetos ou de analfabetos funcionais – quer dizer, sujeitos que embora dominem as habilidades básicas do ler e do escrever; não são capazes de utilizar a escrita na leitura e na produção de textos na vida cotidiana.

Instituições de diferentes campos, como da mídia, da pesquisa, do ensino e das políticas públicas, estão se perguntando sobre o que fazer para reverter esses dados de fracasso dos alunos na escola pública. A principal questão a ser respondida é a seguinte: Como assegurar que os alunos se alfabetizem?

Entre as instituições brasileiras que se dedicam à questão do ensino da língua escrita, está o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), órgão complementar da Faculdade de Educação da UFMG, que tem buscado integrar grupos interinstitucionais de pesquisa, ação educacional e documentação na área da alfabetização e do ensino de Português. O Ceale vem desenvolvendo diferentes atividades educacionais por meio das quais busca compreender o multifacetado fenômeno do ensino e da aquisição da língua escrita como parte integrante de um processo histórico, político e social e, além disso, procura intervir nesse processo por meio da ação educacional e da divulgação da produção científica sobre o letramento.

Entre as ações educativas em desenvolvimento no Centro, elegemos para apresentar no II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, um projeto voltado especificamente para questão do fracasso dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas da rede estadual de ensino, em desenvolvimento desde o segundo semestre do ano de 2003. Trata-se do projeto de extensão, desenvolvido em resposta a uma solicitação feita pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que tem por objetivo desenvolver ações que contribuam para a melhoria da qualidade da alfabetização no Estado.

A rede estadual de ensino de Minas Gerais implantou no ano de 2004 o ensino fundamental de nove anos. Dividiu o primeiro segmento em dois grandes ciclos de aprendizado. Há o Ciclo Inicial de Alfabetização, com duração de três anos e voltado para o atendimento às crianças de 6,7 e 8 anos. E há o Ciclo Complementar de Alfabetização, que atende às crianças de 9 e 10 anos e tem duração de dois anos. Como ponto de partida desse trabalho foi produzida a Coleção “Orientações para o Ciclo Inicial de Alfabetização”. Essa Coleção, cuja atenção volta-se para o primeiro ciclo da educação fundamental, implementado pela política educacional da SSE no ano de 2004, é composta por quatro cadernos que visam orientar a discussão, com os educadores, sobre os instrumentos pedagógicos a serem compartilhados entre as escolas para a elaboração, execução e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem inicial da língua escrita. Nesse contexto de mudanças, a Coleção discute questões que têm sido propostas por muitos professores, supervisores, orientadores e administradores: como trabalhar com esse novo sistema? Que atividades propor para os diferentes Ciclos? Que capacidades deve-se buscar desenvolver em cada um desses momentos da educação fundamental? Como trabalhar com as crianças de seis anos que passarão a ingressar no primeiro ano do Ciclo Inicial de Alfabetização?

Para tratar de questões como essas, a coleção foi organizada da seguinte maneira: o Caderno 1, Ciclo Inicial de Alfabetização, apresenta e problematiza os fatores que justificam a reorganização do Ensino Fundamental no Estado e a ênfase que nesse processo se dá à alfabetização. Nele se examina e discute respostas às questões sobre o porquê e o para que da proposta de ciclos de alfabetização; o Caderno 2, Alfabetizando, trata de questões como, por exemplo, o que ensinar? que habilidades ou capacidades devem ser desenvolvidas? Nele se alisa e debate essas habilidades e capacidades e sua distribuição ao longo dos três anos do Ciclo; o Caderno 3, Preparando a escola e a sala de aula, aborda questões relativas à organização da escola para o difícil trabalho de alfabetização. Nele, são apresentados critérios e instrumentos relativos à seleção de professores alfabetizadores, ao planejamento da sala de aula, de sua rotina e das atividades a serem realizadas e à seleção dos métodos e livros de alfabetização; o Caderno 4, Acompanhando e avaliando, aborda as seguintes questões: Como diagnosticar o conhecimento dos alunos? Como avaliá-los? Como avaliar a escola? Que respostas dar aos problemas de ensino e de aprendizagem detectados pelo diagnóstico e pela avaliação? Além disso, apresentam-se instrumentos que visam auxiliar a produção de respostas a essas perguntas.

A elaboração de cada um desses cadernos foi orientada pelo entendimento de que seria necessário assumir um caráter predominantemente prático, de modo a fornecer aos educadores instrumentos para auxiliá-los no planejamento de seu trabalho docente; apresentar

as principais contribuições das diferentes perspectivas da área da alfabetização; basear-se na experiência e saberes acumulados pelos alfabetizadores. Assim, o projeto propõe, como uma das suas ações centrais do Estado em relação ao Ciclo Inicial de Alfabetização uma intervenção concentrada em três eixos principais. O primeiro desses eixos refere-se a discriminação das capacidades a serem atingidas pelas crianças ao longo dos diferentes momentos do tempo escolar, definindo claramente o que cada criança deve ser capaz de realizar em diferentes períodos do ciclo de alfabetização. Não se trata de fazer um programa, nem de estabelecer parâmetros curriculares, mas de estabelecer, de modo claro para os educadores, níveis de competência que devem ser alcançados, e baseados em comportamentos observáveis. Em outras palavras, esses componentes podem auxiliar o professor a definir, tendo em vista as capacidades já desenvolvidas por seus alunos, o que ele deverá: introduzir, levando os alunos a se familiarizarem com conteúdos e conhecimentos (ou retomar eventualmente, quando se tratar de conceitos ou capacidades já consolidadas em período anterior); trabalhar sistematicamente, para favorecer o desenvolvimento pelos alunos; procurar consolidar no processo de aprendizagem dos alunos, sedimentando os avanços em seus conhecimentos e capacidades.

Supõe-se que a clareza de diagnósticos e avaliações do professor em relação a tais capacidades e abordagens propiciará a base para uma descrição dos desempenhos dos alunos e das condições necessárias à superação de descompassos e inconsistências em suas trajetórias ao longo do Ciclo. Vê-se, aqui, mais uma vez, a importância que se atribui à sensibilidade e ao saber do professor no sentido de adequar a proposta à real situação de seus alunos. Espera-se que o docente – em conjunto com toda a escola – alie acuidade e disposição positiva para implementar esta proposta, atentando para as efetivas circunstâncias em que deverá desenvolver seu trabalho.

O segundo eixo organizador do projeto refere-se ao estabelecimento de um conjunto de procedimentos unificados a serem utilizados cotidianamente pelas escolas, relacionados à seleção dos professores e dos supervisores ou coordenadores que serão responsáveis pelas turmas de alfabetização; à preparação desses educadores para a tarefa da alfabetização; à escolha do método de alfabetização e ao livro didático a ser utilizado; ao estabelecimento de instrumentos padrões de diagnóstico e de avaliação, que apontem os alunos que não alcançaram as capacidades desejadas, bem como as capacidades que não foram alcançadas; à criação de protocolos de intervenção para fazer frente às dificuldades de ensino, detectadas pelos instrumentos de diagnóstico e avaliação, e voltados para a realização de reagrupamentos dinâmicos; para a reorientação das práticas de alfabetização (processos, métodos, materiais de ensino), assim como para a avaliação da equipe de alfabetização (coordenadores, supervisores, professores) e para sua capacitação em serviço. O terceiro eixo orientador dos trabalhos refere-se à implementação de uma política de formação continuada e em serviço dos profissionais envolvidos com o projeto do Ciclo Inicial de Alfabetização.

## Metodologia

Para a operacionalização desses objetivos, foram propostas pelo Ceale à Secretaria Estadual de Educação as seguintes ações formadoras: a) levantamento das experiências de professores alfabetizadores de sucesso da rede estadual; b) realização de um congresso com forte mobilização da rede e visibilidade pública para o lançamento das ações e para o estabelecimento de parte de suas diretrizes; c) implementação de uma política de formação continuada para todos os profissionais envolvidos no Ciclo Inicial de Alfabetização.

a) Sobre o levantamento das experiências de professores alfabetizadores de sucesso da rede estadual

Essa etapa inicial do trabalho apoiou-se no pressuposto de que todo profissional alfabetizador possui conhecimentos e habilidades que adquire com o exercício de sua função e

na prática de sua profissão. São denominados por alguns estudiosos como os saberes da experiência ou o saber prático do professor. É um saber adquirido através das experiências de interação do educador com seus alunos e com o contato e a implementação de determinadas metodologias de ensino em sua sala de aula. Essas experiências possibilitam ao professor elaborar saberes que são decorrentes das situações da prática profissional vivenciadas no cotidiano de seu trabalho. Portanto, identificar as experiências dos alfabetizadores de sucesso da rede pública estadual significava, como etapa inicial desse projeto de extensão, recuperar não só as experiências bem sucedidas em sala de aula, mas, principalmente, as questões e os desafios que esses profissionais enfrentam na sua prática docente.

Com esse objetivo foi constituído um grupo focal, formado por 13 professoras alfabetizadoras de diferentes escolas estaduais. Essas professoras foram indicadas por seus pares e pela própria SEE a partir dos seguintes critérios: a experiência de trabalho dessas profissionais, cujo tempo de serviço na função é em média 12 anos, e a existência de indicadores de uma prática bem sucedida de alfabetização. Essas profissionais atuam em escolas situadas em áreas de risco, trabalhando com grupos diversificados de alunos e promovendo condições favoráveis à aprendizagem dos mesmos em situações adversas. Foram realizados 4 encontros com o grupo focal de professoras, durante os meses de outubro e novembro de 2003, com o objetivo de discutir as linhas gerais dos Cadernos do Ciclo Inicial de Alfabetização e colher subsídios para proposição de propostas que considerassem a realidade das escolas, as características do professorado e dos seus alunos.

b) Sobre a Realização de Congresso para o lançamento das ações e para o estabelecimento de parte de suas diretrizes

Considerando que faz parte da formação continuada todos os tipos de ação deliberada e organizada para o aperfeiçoamento profissional do educador, foi proposta a realização do Congresso Estadual de Alfabetização. A finalidade principal desse evento foi apresentar, analisar e discutir a Coleção, de modo a tornar a proposta de organização do Ciclo Inicial de Alfabetização adequada à realidade da rede estadual de ensino. Uma meta a ser alcançada ao final do congresso era a de que fossem acolhidas as contribuições dos participantes de modo a articulá-las com os pontos de vista de outros educadores e, assim, obter elementos para reelaboração das dos quatro Cadernos do Ciclo Inicial de Alfabetização produzidos por membros do Centro. O Congresso foi organizado com a seguinte dinâmica: realização de quatro conferências para 1500 participantes apresentando os princípios norteadores das propostas elaboradas na Coleção; realização de três seminários compostos de dez grupos de 150 participantes, cuja finalidade foi apresentar os quatro cadernos da Coleção; três reuniões de 30 grupos de trabalho com 50 participantes em que se promoveu a leitura e discussão dos cadernos, sob a orientação de um supervisor, encarregado de relatar as conclusões do grupo; reuniões finais em que os relatores consolidaram as sugestões e críticas dos grupos de leitura; plenária para apresentação das conclusões dos relatores.

Após o Congresso, as críticas, sugestões e solicitações de esclarecimento feitas pelos professores participantes do evento serviram de referência para a reformulação e aprimoramento da Coleção produzida pela equipe do Centro.

c) Implementação de uma política de formação continuada para todos os profissionais envolvidos no Ciclo Inicial de Alfabetização.

A proposta de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita elaborada para o Ciclo Inicial de Alfabetização propõe uma forma diferenciada de organização pedagógica do trabalho docente nas escolas públicas. Conseqüentemente, nesse processo inicial de sua implementação professores, especialistas e administradores se indagam sobre o funcionamento desse novo sistema de ensino. Algumas questões já podem ser identificadas nesse contexto de mudanças: como definir corretamente as habilidades a serem desenvolvidas com seus alunos em cada período do Ciclo? como elaborar as atividades pertinentes a essas

etapas e a essas habilidades? como realizar um planejamento que favoreça a continuidade da aprendizagem dos alunos? entre outros desafios.

Os desafios apresentados pela proposta pedagógica em torno da qual se organiza o Ciclo Inicial de Alfabetização implica mudanças de concepção teórica e metodológica que, para ser viabilizada, requer sua tradução em ações concretas. A construção dessas ações concretas exige que também se construa um novo profissional, com uma nova identidade, novos saberes e habilidades. Nesse sentido, a implementação do Ciclo Inicial de Alfabetização como uma intervenção pedagógica só ganha sentido e importância quando atrelada a uma política de formação continuada. Cabe ressaltar, no entanto, que entendemos que os processos de formação continuada devem incorporar as práticas profissionais como elementos constitutivos, devendo gradualmente superar a formatação de cursos como capacitações apenas pontuais ou aleatórias. Ou seja, é necessário que se defina, inicialmente, uma sistemática que mantenha os educadores de tal rede em constante contato e trabalho compartilhado, garantindo, para isso, formas aprimoradas de monitoramento, acompanhamento e avaliação.

Visando a alcançar esses objetivos de melhoria e atualização da prática, a formação do educador deve voltar-se para a aquisição de determinados conhecimentos que podem ser trabalhados em diferentes modalidades de educação continuada. Isso significa promover um conjunto de ações político-pedagógicas em torno do estatuto dos profissionais envolvidos no Ciclo Inicial de Alfabetização e do redimensionamento de suas práticas educativas, enfatizando:

- a valorização dos profissionais, particularmente os professores que atuam no Ciclo Inicial da alfabetização com claro investimento em sua identidade, em sua formação e em sua atuação, a partir do reconhecimento da especificidade e da complexidade dos processos de ensino e aprendizagem na escolarização inicial;

- o resgate da função articuladora da Coordenação Pedagógica, no contexto do ciclo, no sentido de prover espaços institucionais de formação de competências nos professores, de avanços nos projetos político-pedagógicos das escolas, de diagnóstico das aprendizagens dos alunos no Ciclo de Alfabetização e de intervenção nas dificuldades localizadas;

- o aprimoramento das práticas coletivas de reflexão em torno da alfabetização, como condição de maior consistência e autonomia diante das escolhas e ações sugeridas ao longo deste documento: a) procedimentos sintonizados com as progressivas capacidades dos alunos ao longo do ciclo; b) alternativas metodológicas flexíveis e adequadas à diversidade dos níveis dos alunos; c) escolhas criteriosas de livros e materiais didáticos mais qualificados; d) ações avaliativas formativas compatíveis com as progressões contínuas; e) ampliação dos canais de interação participativa com a comunidade escolar.

Conclusões:

O projeto “Ações para a melhoria da qualidade da alfabetização na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais”, através de suas ações, objetiva principalmente orientar os professores da rede pública estadual sobre as capacidades que devem ser trabalhadas com os alunos em fase inicial da aprendizagem da escrita. Para implementar essa proposta apóia-se, de um lado, na elaboração de uma série de cadernos que definem os parâmetros ideais considerados desejáveis para a alfabetização e o letramento dos alunos e, de outro lado, em um projeto de formação dos profissionais que atuam nesse segmento de ensino. Consideramos que o sucesso de uma política educacional para a alfabetização dos alunos das escolas públicas depende crucialmente de uma política de formação continuada por parte do Estado que promova a apropriação dos princípios norteadores dessa nova proposta pedagógica pelos diversos profissionais da escola, particularmente, os alfabetizadores. Ou seja, é necessário que se desenvolva uma sistemática que mantenha os educadores em constante contato e trabalho

compartilhado, garantindo, para isso, formas aprimoradas de orientação, monitoramento, acompanhamento e avaliação dos processos de ensino desenvolvidos nas escolas públicas de Minas Gerais. É no sentido de colaborar e subsidiar o desenvolvimento de ações dessa natureza que o Ceale vem propondo e discutindo alternativas de trabalho junto a SEE, a serem implementadas a partir do segundo semestre de 2004. Dentre as ações propostas destacam-se duas: a realização de conferências regionais para divulgação e discussão dos temas abordados na Coleção Ciclo Inicial de Alfabetização com professores alfabetizadores, especialistas e administradores e a organização de uma rede mineira de formação de professores alfabetizadores, organizados em grupos de estudos.

O projeto de extensão aqui caracterizado é representativo dos trabalhos que o Centro vem desenvolvendo, desde o início dos anos 90, no sentido de contribuir para a socialização dos conhecimentos produzidos pela Universidade junto à comunidade. Nesse caso, particularmente, por meio da qualificação de professores das escolas públicas ao apresentar subsídios para o desenvolvimento de processos de ensino nos Ciclos Inicial e Complementar de Alfabetização. Um projeto dessa natureza torna-se um lócus privilegiado para o exercício daquilo que identificamos como um grande desafio para nós professores universitários e membros do Ceale: conciliar e afirmar, ao mesmo tempo, atuação e formação, pesquisa e ação educacional, produção editorial e atendimento às necessidades de discussão dos profissionais das escolas públicas. Além disso, sua amplitude – esse projeto visa, em última instância, atingir o universo dos professores alfabetizadores do Estado – exige a produção de alternativas de trabalho que possibilitem responder a impasses de diferentes ordens: como formar professores em serviço de maneira a garantir a qualidade dessa formação e, ao mesmo tempo, seu impacto para reversão dos índices de fracasso na aprendizagem da escrita por parte dos alunos da escola pública estadual? Como realizar um trabalho junto a um universo tão amplo de profissionais que se encontra espalhados pelo Estado, trabalhando em condições tão diversas (muitas vezes, adversas) e com um público diversificado?

É em resposta a questões dessa natureza que se delinea o planejamento de ações a serem desenvolvidas a partir do segundo semestre de 2004. Essas ações incluem a elaboração de instrumentos de organização do processo de alfabetização no ciclo inicial que auxiliem na promoção de sua utilização por meio da criação de rede de formação continuada. Essa rede de formação continuada visará a elaboração, a testagem e a reformulação de procedimentos e instrumentos para a organização dos processos de alfabetização e letramento; a difusão do uso dos instrumentos na rede de ensino do Estado, de modo a favorecer o acompanhamento do aprendizado e a intervenção (evitando a repetência e favorecendo intervenção precoce junto a alunos com problemas de aprendizagem); e a formação de 2000 professores para uso dos instrumentos. Propõe-se que essa rede de formação continuada seja composta 2000 professores coordenadores de grupos de estudo (em geral, um por escola), n técnicos de superintendências de ensino e centros de referência do professor, encarregados de assessoria a grupos de estudo, n professores de IES mineiras, encarregados de assessoria a técnicos de superintendências e a grupos de estudo, n professores e pesquisadores do Ceale encarregados do planejamento de ações, de seu monitoramento e avaliação, bem como da assessoria aos professores das IES. A proposição dessas ações visa a constituição de uma rede de formação de professores, cuja hierarquia seja o menos verticalizada possível e que agregue profissionais de diversas instituições como parceiros de trabalho.

Estamos, como se pode ver, em um momento crucial de desenvolvimento desse projeto que se desenvolve em colaboração com a SEE, ou seja, por meio da colaboração entre a Universidade e um órgão executivo do Estado de Minas Gerais, visando o atendimento a cidadãos que têm sido excluídos de práticas letramento tão importantes para o exercício de uma cidadania plena numa sociedade marcada por tantas diferenças sociais e econômicas.

Não se pode deixar de considerar que um projeto dessa natureza se desenvolve a partir de recursos e limitações presentes nas instituições nele envolvidas e que, como tal, requer negociação de pontos de vista, posições políticas e tempos por vezes divergentes.

#### Referências bibliográficas

INEP. Relatório Nacional do SAEB 2001. Brasília, 2002.  
CEALE. Orientações para a organização do Ciclo Inicial de Alfabetização, Cadernos 1, 2, 3, 4. SEE-MG, Belo Horizonte, 2003.